

Press Release / Comunicado de imprensa

OMS abre amplas portas para a influência das corporações

68th Assembléia Mundial de Saúde (AMS), Palácio das Nações,

Genebra, 18/ Maio/ 2015

O longo debate sobre como a OMS interage com as empresas está chegando ao ponto de crise. No contexto do seu processo de reforma a Secretaria da OMS vem trabalhando em um novo quadro (ou proposta) de envolvimento com atores não-estatais - um termo que se aplica igualmente a empresas, grandes organizações caritativas e grupos de interesse público.

The International Baby Food Action Network (IBFAN) [1] tem acompanhado esta questão por muitos anos e está insistindo para que as negociações sejam colocadas em espera para um trabalho através de reunião de espertos sobre conflitos de interesse com a participação do público, com o objetivo de garantir que a OMS esteja protegida contra a influência corporativa e financeira indevida e permaneça fiel ao seu mandato constitucional.

Durante as discussões a nível regional e global, as preocupações de muitos Estados-Membros não foram levadas a sério. Países africanos, por exemplo, salientaram que "a OMS deveria proceder com cautela no desenvolvimento de uma política de envolvimento com atores não-estatais", e especificamente pediu uma "política clara sobre a forma como a OMS irá gerir os seus conflitos de interesse." Em contraste, o Comitê Regional para a Europa tem pressionado para a aprovação rápida da proposta ou quadro atual.

A proposta que os Estados-Membros serão convidados a aprovar esta semana, embora afirmando abordar questões-chave, é totalmente inadequada e não consegue atingir as garantias exigidas. Significativamente todo a seção sobre conflito de interesse ainda está entre colchetes (- o que significa que pode até ser excluída) e a definição de *conflito de interesses* confunde erradamente a definição legal de conflitos de interesses que se refere a interesses conflitantes primários e secundários dentro de uma instituição com conflitos entre atores/pessoas.

Parece haver uma falta de vontade política para resolver este componente crítico muito necessário para salvaguardar interesses públicos abrangentes, de forma coerente e eficaz em face de empresas gigantes e dos financiamentos privados para fins públicos. Em vez disso, o documento se refere frequentemente à necessidade de "respeito mútuo" e "confiança" e propõe que um princípio fundamental para as relações com a OMS é a inclusão de todos os "atores" intervenientes.

O quadro proposto não acrescentaria nada para abordar a influência corporativa que já está sendo canalizada por grupos como o Conselho Global de Saúde (GHC) com os seus 78 membros a partir

do setor acadêmico voluntário corporativo. Este ano o GHC [da sigla em inglês] tem permissão para levar 101 delegados à Assembléia, sem qualquer exigência de registro nem fornecer informações sobre as suas credenciais. [2] Um novo órgão da indústria que está ansioso para obter o status de relações oficiais com a OMS, a Aliança Internacional de Alimentos e Bebidas (IFBA), representa grandes corporações alimentares: Nestlé, Ferrero, Coca Cola, Mars, McDonalds e PepsiCo.

A IBFAN está chamando para um debate sobre as causas estruturais da crise de governança da saúde global e sobre a melhor forma de garantir um financiamento adequado para a OMS e sobre as contribuições dos Estados-Membros. Desde que os EUA pressionaram por um congelamento dos orçamentos das agências das Nações Unidas na década de 1990, o financiamento dos Estados [países membros] representa apenas um quinto do orçamento total da OMS. [3] Se a OMS deve cumprir seu mandato constitucional seu orçamento deve ser descongelado. A crise Ebola mostrou como as principais funções da OMS foram drasticamente enfraquecidas pela dependência de financiamento "voluntário" ligado a programas específicos, com condicionantes. Por que seria tão difícil descongelar quando o orçamento é uma fração dos custos econômicos como mostrado pela resposta lenta ao último surto de Ebola? [4]

Alguns Estados-Membros da OMS pressionam para que se abra para o financiamento das empresas desde o início do processo de reforma em 2010. Na época, a diretora-geral, Dr. Chan propôs aceitar o financiamento das filantrópicas privadas e do setor comercial. Ela prometeu que isso poderia ser feito "sem comprometer a independência ou levar à ruptura organizacional." [5] Na verdade, ele introduziu um grave conflito de interesses institucional. O quadro ou proposta de agora parece significar o retorno em termos de influência corporativa.

O quadro falha em não incluir as demandas feitas pelos Estados-Membros na última AMS quando rejeitaram o rascunho de tal proposta: os países haviam solicitado orientação sobre como discernir quais as relações são apropriadas, e mais especificamente um guia sobre questões relacionadas às relações com o setor privado, incluindo conflitos de interesse. [6]

Se o quadro for aprovado sem abordar esta solicitação, qualquer aumento do orçamento muito necessário pode acabar nos bolsos das transnacionais farmacêuticas, e ao mesmo tempo permitirá às empresas reunidas no chamado "Big Food" continuarem a minar a regulação do marketing da comida inadequada que causa tanto mal em termos de saúde, vida e economia da saúde pública. Afinal, quem iria morder a mão que o alimenta?

Para mais informações:

Lida Lhotska, IBFAN Global Advocacy: Lida.Lhotska@gifa.org

Patti Rundall, IBFAN Global Advocacy: prundall@babymilkaction.org

Annelies Allain e Constance Ching, ICDC Penang: code@ibfan-icdc.org

Barbara Nalubanga, IBFAN Africa: barbaranalubanga@gmail.com

Edouard Zerbo, IBFAN Afrique: edouardzerbo@yahoo.fr

Arun Gupta, IBFAN Co-Coordenador, IBFAN Asia: arun@ibfanasia.org

Elisabeth Sterken, IBFAN Co- Coordenadora, IBFAN Norte America: esterken@infactcanada.ca

Ghada Sayed, IBFAN Mundo Arabe: ghadasay@yahoo.com

[1] IBFAN é uma rede global de 35 anos com 273 grupos em 168 países que trabalham para proteger, promover e apoiar a amamentação e a alimentação complementar, na busca do direito da criança à saúde e alimentação adequadas. www.ibfan.org

2] [GHCCredentialLetter68WHA](#)

[3] <http://blogs.shu.edu/ghg/2012/12/31/improving-united-nations-funding-to-strengthen-global-health-governance-amending-the-helms-biden-agreement/>

[4] O orçamento da OMS representa menos de um terço do orçamento do CDC de Atlanta

[5] Richter, J. (2012). "WHO reform and public interest safeguards: An historical perspective. Editorial." *Social Medicine* 6(3): 141-150. <http://www.socialmedicine.com>; <http://www.medicinasocial.info/index.php/socialmedicine/article/viewArticle/637>

[6] IBFAN's statement on **agenda item 68/5** www.who.int